



N. 60
Natal - RN
OUT/NOV/DEZ
2014

ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
DO RIO GRANDE
DO NORTE



12

EVENTOS
CONGRESSO
CELEBRA 60
ANOS DA AMARN

8

ARTIGOS DOS
JUÍZES AZEVÊDO
HAMILTON E FELIPE
BARROS

AMARN

Informa



PRESIDENTE DO TJRN FAZ BALANÇO DA GESTÃO

● Editorial

O AMARN Informa, de fim de ano, nos traz a sensação de conquistas e comemorações. Neste ano, podemos dizer que foi bastante especial para a AMARN e todos os seus associados. Tivemos a realização do Congresso Estadual de Magistrados, onde tivemos a oportunidade de discutir as perspectivas e desafios da magistratura e ainda celebrarmos os 60 anos de fundação de uma das associações mais antigas do Brasil.

Nessa edição, você acompanha uma entrevista com o presidente do TJRN, que está terminando seu mandato e faz uma análise transparente das atividades desenvolvidas nesses dois anos.

Temos ainda artigos dos juízes Azevêdo Hamilton Cartaxo e Felipe Barros. O primeiro faz uma análise lúcida e clara sobre os acontecimentos políticos vividos nos últimos tempos no Brasil. O segundo, nos traz a oportuna reflexão para o fenômeno do ajuizamento em massa das ações e a cobrança por celeridade.

A autoria da dica de livro é do juiz Cleudson Vale, com uma boa leitura da publicação indicada.

O momento é de celebração, mais também de agradecimento a todos os associados e associadas que contribuíram, ao longo do ano, com as nossas publicações. Seja escrevendo para o jornal ou a revista Ritos, as participações são sempre muito valorosas.

Boa leitura !

Feliz Natal e um 2015 ainda mais especial !

Adalgisa Emídia
Editora executiva



Associação dos Magistrados

do Rio Grande do Norte

Condomínio Empresarial Torre Miguel
Seabra Fagundes
R. Paulo B. de Góes, 1840 - Salas
1002, 1003 e 1004.
Candelária - Natal-RN - CEP:
59064.460
Telefones: (84) 3206.0942 / 3206.9132
/ 3234.7770
CNPJ: 08.533.481/0001-02

CONSELHO EXECUTIVO

Presidente

Juíza Hadja Rayanne
Holanda de Alencar

Vice-Presidente Institucional

Juíz Marcelo Pinto Varella

Vice-Presidente Administrativo

Juíz Cleofas Coelho de Araújo Junior

Vice-Presidente Financeiro

Juíz Odinei Wilson Draeger

Vice-Presidente de Comunicação

Juíz Paulo Giovanni Militão de Alencar

Vice-Presidente Cultural

Juíz Jessé Andrade de Alexandria

Vice-Presidente Social

Juíz Jorge Carlos Meira e Silva

Vice-Presidente dos Esportes

Juíz Felipe Luiz Machado Barros

Vice-Presidente dos Aposentados

Juíz Francisco Dantas Pinto

Coordenador da Região Oeste

Juíz Breno Valério Fausto de Medeiros

Coordenadoria da Região Seridó

Juíza Marina Melo Martins

CONSELHO FISCAL

Juíz Azevêdo Hamilton Cartaxo

Juíz Fábio Antônio Correia Filgueira

Juíz Fábio Wellington Ataíde Alves

Juíza Flávia Souza Dantas Pinto

Juíz Gustavo Henrique Silveira Silva

Juíz Luiz Alberto Dantas Filho

Juíz Mádsen Ottoni de Almeida

Rodrigues

Juíza Manuela de Alexandria Fernandes

Juíza Rossana Alzir Diógenes Macêdo

Editora executiva

Adalgisa Emídia DRT/RN 784

Projeto Gráfico e Diagramação

FIRENZZE - Making Apps

(84) 2010.6303 | (84) 2010.6307

atendimento@firenze.com

Fotos

Elpidio Júnior

● Palavra da Presidente



O SIM QUE MUDA TUDO

“O ÊXITO DA VIDA NÃO SE MEDE PELO CAMINHO QUE VOCÊ CONQUISTOU, MAS SIM PELAS DIFICULDADES QUE SUPEROU NO CAMINHO.” (ABRAHAM LINCOLN)

Há pouco mais de 3 anos recebi o convite para concorrer a presidência da AMARN. Me dirigi a Associação após o convite para dar uma entrevista para o nosso jornal, e lá me deparei com a presença (bem orquestrada) de alguns colegas que buscavam um nome novo para encabeçar a chapa. Nunca havia me passado pela cabeça a possibilidade de assumir esse papel.

Foram muitos os argumentos. Confesso que com a vida profissional finalmente estabilizada depois de muitos anos no interior e alguns como auxiliar, não estava nem um pouco inclinada a aceitar essa tarefa que desde o início me pareceu (e é) difícil e espinhosa. De mais a mais, não enxergava (e para falar a verdade ainda não consigo ver) as tais qualidades que me fariam uma boa presidente.

Foi uma frase de Azevêdo Cartaxo que me levou a pelo menos refletir sobre a proposta. Ele me falava (sabendo que a carapuça serviria), que

sempre criticou muitas coisas no Judiciário e na magistratura, e quando se apresentou a oportunidade de dar uma contribuição para mudar pelo menos algumas dessas coisas, não poderia se negar a colaborar. É. Foi duro de ouvir, mas era verdade: criticamos muito, mas raramente saímos do comodismo.

Fui para casa com muitos pensamentos e para ouvir as opiniões imprescindíveis: do meu marido e dos meus pais. Mas no final foi meu desejo de contribuir que deu o tom final. Entrei na magistratura bem menina ainda. Com apenas 22 anos. Devo muito do que sou e tudo o que tenho a minha profissão. Pareceu-me justo me esforçar para dar uma contribuição maior.

Existem alguns momentos de “sim” que mudam nossa vida pra sempre. O casamento, a escolha de uma profissão, abraçar a maternidade... Meu sim à AMARN foi um desses momentos. De lá para cá foram muitos projetos, alguns acertos,

muitos erros dos quais me orgulho. Porque errei tentando, apostando e insistindo. Foram erros que me ensinaram. Muitas vezes mais que os projetos que deram certo. Como nos lembra Dickens: “Cada fracasso ensina ao homem algo que ele precisa apreender.”

São muitas pessoas a agradecer também. Os colegas que me convidaram e acreditaram no meu nome para essa função, a minha diretoria, de quem me vali em todos os momentos, e muitos outros colegas, que mesmo sem compor a diretoria, foram importunados pelos meus apelos e dúvidas. Sem falar no meu marido e filhos que sofreram um bocado (e sem nunca reclamar) a turbulenta rotina na qual fui lançada.

Então é assim que faço esse breve balanço e me aproximo da data em que deixo a AMARN: feliz pelo sim que disse 3 anos atrás. Foi um período desafiador e intenso. Por vezes sofrido. Mas muito enriquecedor. Como tudo que vale a pena.



EMOÇÃO E ALEGRIA MARCAM INAUGURAÇÃO DA SEDE DA ONG ATITUDE COOPERAÇÃO

A ONG Atitude Cooperação realizou mais um grande feito para as comunidades dos bairros do Bom Pastor e Felipe Camarão, e adjacências. A inauguração de sua sede administrativa, no último dia 22 de outubro, espaço que abrigará diversas ações de responsabilidade social desenvolvidas pela ONG, marcou uma nova fase do local que há oito anos vem transformando a vida de centenas de crianças e jovens, e suas respectivas famílias. No evento, estiveram presentes representantes da organização, voluntários, parceiros, diretores e gestores da Unimed Natal – mantenedora da Atitude Cooperação. Todos eles puderam acompanhar as apresentações de projetos desenvolvidos pela ONG.

O presidente da Atitude Cooperação, Dr. Gley Nogueira, proferiu, emocionado, um discurso sobre as lutas

e vitórias que a organização passou para construir sua sede. “Pleiteamos a construção desse espaço desde 2008 e, hoje, graças ao apoio de nossos parceiros e acompanhados pelo sentimento de voluntariado conseguimos transformar esse prédio em um ambiente educador e acolhedor”, declara. O descerramento da placa de inauguração foi feito pelo presidente da ONG e pela vice-presidente, Dra. Edailna Melo, e pelo presidente da Unimed Natal, Dr. Antonio Araújo.

Durante a inauguração também foi apresentada a estrutura do local. Cada sala da construção possui nomes de pessoas que contribuíram de forma voluntária para o crescimento dos projetos da ONG ou foram importantes para a construção cultural dentro Rio Grande do Norte.

A sede, que foi construída em um terreno cedido em comodato pela

Arquidiocese de Natal, conta com oito salas – sendo cinco para aulas do Projeto Tocando a Vida com D’Amore – um camarim, biblioteca, uma brinquedoteca, banheiros, sala de professores, sala de reuniões e apoio pedagógico, além de um amplo estacionamento, guarita e canteiro de jardinagem.

SOBRE A ONG

A Atitude Cooperação foi criada em 12 de setembro de 2006, com o objetivo de identificar e viabilizar novas alternativas socioeconômicas e culturais para comunidades de risco em Natal, promovendo ações sociais que levam saúde, educação, lazer e cidadania e estimulando o desenvolvimento de 500 famílias atualmente beneficiadas por seus projetos. Para conhecer mais sobre esta obra acesse o site: www.atitudecooperacao.org.br.



SUPERAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO

PRESIDENTE DO TJRN FAZ UM BALANÇO DOS DOIS ANOS DE GESTÃO

Mossoroense, 69, o desembargador Aderson Silvino de Souza é reconhecido pela sua simplicidade e cordialidade no trato com as pessoas. Casado, pai de três filhos, formou-se em Direito pela UFRN em 1973. Depois de ser consultor técnico de procurador do Ministério Público junto ao

Tribunal de Contas atuou no Gabinete Civil do Governo do Estado. Em 1976, ingressou nos quadros da magistratura do Rio Grande do Norte. Como juiz trabalhou nas comarcas de Touros, Umarizal, Apodi, Parelhas, Ceará-Mirim e na 6ª Vara Cível. Desde 1999 é desembargador do TJ potiguar, no qual já diri-

giu a Escola da Magistratura (Esmarn), foi ouvidor geral e presidente da Corte Estadual de Justiça até 2 de janeiro de 2015 quando passará o cargo para o desembargador Claudio Santos. Ele fala ao jornal da AMARN sobre as principais iniciativas de sua gestão e a relação com a categoria de magistrados.

A sua gestão à frente da presidência do TJRN está chegando ao final. Qual o principal balanço que o senhor faz?

Entendo ser o ponto mais importante desta administração o fato de deixar para a sociedade é marca da transparência. Antes, o Poder Judiciário fazia bons projetos e isso não chegava ao conhecimento da população. Conseguimos, com muito trabalho, avançar na modernização da Justiça Estadual como projetos como o Processo Judiciário Eletrônico (PJe), Sistema de Gerenciamento de Precatórios (SIGPRE) e o software concebido em nossa gestão para a votação eletrônica, o SigEleição, facilitador de ações como a do orçamento participativo, por meio do qual magistrados e servidores passaram a votar nas prioridades de investimento do Judiciário para 2015. Essas são algumas das iniciativas concretas e que ajudam a mudar a face do Judiciário.

Quais as maiores conquistas para a magistratura durante a sua gestão?

De pronto, asseguramos à Associação dos Magistrados do RN (AMARN) a participação sempre que necessária da entidade, com uso da palavra, nas sessões administrativas da Corte. Recebemos, no final de março deste ano, uma comissão de juízes que defendem a eleição direta para presidentes de tribunais estaduais. Pudemos implantar o Comitê Gestor do 1º Grau, dispositivo que irá fortalecer a instância inicial da Justiça, inclusive com participação direta de 321 votantes entre juízes e serventuários. Entendo que a maior conquista foi avançar no diálogo com a categoria. Procuramos oferecer as melhores condições de trabalho para os magistrados, dentro do possível.

Foi realizado o concurso de juiz, mas os novos magistrados só devem ser nomeados no próximo ano? Qual a expectativa de quantos juízes devem ser convocados?

A administração trabalha com o universo de 40 vagas. A carreira da magistratura é uma aspiração para milhares de profissionais do direito,

tanto que inicialmente, a quantidade de inscrições deferidas para o certame foi de 4.462 candidatos. Após esta fase inicial foram realizadas a primeira e segundas fases do concurso, com as provas objetiva seletiva, discursiva e a prática de sentença cível e criminal. Como é um concurso com várias etapas, como exames, prova oral e avaliação de títulos, entre outras exigências, é preciso de tempo para que todas sejam cumpridas. Esperamos que no próximo ano, os novos magistrados sejam nomeados para atuar na Justiça potiguar.

Por que não foi possível a realização de concurso para servidores do TJRN?

O Tribunal, é público e notório pois esta administração sempre disse isso, registra um déficit de mil servidores. Mas um concurso dessa magnitude envolve aspectos que precisam ser levados em conta como ter a dotação orçamentária para a contratação de pessoal. É preciso ter a garantia dos recursos para realizá-lo, selecionar as pessoas e depois contratá-las. Gosto de lembrar sempre que posso: apesar de termos um número menor de profissionais, fizemos mais com o esforço de cada servidor e juiz, aumentando a produção de sentenças e decisões como são os casos do Expresso Judiciário, que resultou na prolatação de mais de 20 mil sentenças em 30 comarcas do Rio Grande do Norte em 1 ano e meio de atividades.

Como o senhor classifica as relações, durante a sua gestão, entre os poderes Executivo e Legislativo?

Considero o relacionamento com a governadora Rosalba Ciarlini e com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ricardo Motta, como cordiais e de profundo respeito. Os parlamentares estiveram à disposição em nos ouvir, a cada solicitação nossa. Do ponto de vista institucional tivemos de enfrentar a realidade dos cortes orçamentários promovidos pelo Governo do Estado. Com uma gestão profissionalizada, o TJRN soube, em cada setor do Judiciário, economizar e racionalizar o uso dos recursos.

Tivemos sucesso em manter os serviços à população apesar dos cortes. É gratificante saber que o trabalho da nossa equipe chegou a bom termo e superamos esses obstáculos.

Qual a importância da AMARN nesses dois anos?

Como entidade representante de uma categoria garantidora da democracia, do direito e da aplicação das leis, a AMARN foi uma instituição parceira do Tribunal. Cada um sempre ouvindo as ideias da outra. Só posso ver a Associação desta forma, como uma entidade disposta a contribuir, trazer novas ideias, e com interesse em conhecer a realidade do Judiciário. Um dos momentos felizes da minha gestão foi poder participar da cerimônia de homenagem aos 60 anos da AMARN, realizada pela Assembleia Legislativa. Poder ver desfilar na memória o nome de tantos magistrados que ajudaram a fazer da Associação uma organização respeitável e respeitada em seu Estado.

O senhor deixa a presidência do TJRN e, logo em seguida, se aposenta? Ser magistrado foi uma missão?

É uma missão, sem dúvida. Foi

algo com o qual sonhei desde muito moço. Pude realizar este projeto de vida, com esforço e dedicação. Vejo a categoria mais valorizada e percebo que a Justiça está se democratizando, aliás a democracia está entrando pela porta do Judiciário e isso é bom para todos nós. Sou grato pelas oportunidades que minha carreira me proporcionou. Realizei muito do que pretendia, cheguei a um momento de minha vida no cargo mais importante da magistratura do meu Estado, mantendo a serenidade e vontade de trabalhar, de fazer mais, e de contagiar minha equipe com esses ideais. Estou concluindo minha missão, e agradeço a todos que participaram desta jornada.

Quais os planos do senhor ?

Tenho algo que é muito caro a mim. A minha família é este alicerce que nos ajuda a vencer os desafios da vida. Como gosto muito de ler, vou procurar ler ainda mais, e conhecer lugares, e me dedicar aos meus filhos e netos, ao lado de minha esposa. Quero continuar aprendendo, vendo novidades e me renovando, agora sob novos cenários, sem a toga, mas querendo ver a Justiça ser realizada no dia a dia.

“

TENHO ALGO QUE É MUITO CARO A MIM. A MINHA FAMÍLIA É ESTE ALICERCE QUE NOS AJUDA A VENCER OS DESAFIOS DA VIDA”.



VOCÊ PROTESTOU, PROTESTOU, PROTESTOU... E PORQUE O BRASIL NÃO MUDOU?



Azevêdo Hamilton Cartaxo
Juiz de Direito

Sou “subversivo desde criança”, do ponto de vista de que sempre me revoltei com regras e situações injustas impostas a todos pelo Poder-de-Plantão. Sem esquerdismo, direitismo ou qualquer outro “ismo”, acredito sem ingenuidade no certo, no justo, no honesto, no esforço e no mérito.

Acompanhei com muita esperança o processo político nos últimos 20 anos, sentindo que o povo Brasileiro, eleição após eleição, manifestava querer um ambiente político livre de corrupção. Porém, o que se viu até agora, nas mais diversas esferas, foram as cores da corrupção de uns substituírem as dos outros. Tudo muda para que nada mude.

Pobre nação.

Nos protestos que sacudiram o país recentemente a população disse que queria saúde, educação, segurança, fim da impunidade e mais um monte de coisas parecidas. Queria-se um Brasil honesto e melhor. Queria-se mudar o Brasil.

Mas, por que o Brasil não mudou? Minha resposta talvez seja uma parte da verdade inconveniente, aquelas constrangedoras e bem difíceis de admitir, mas que, se admi-

das, talvez tragam crescimento. Você julgará.

Bem, o fato é que nossos políticos não são importados de outro planeta e nem de outro país, mas sim que são extraídos da própria sociedade brasileira. Uma boa parte desta sociedade acha normal aplicar a Lei de Gerson, que afirma que o importante é ser “isshhperto”. Porque-todo-mundo-faz, não é isso?

É inegável que muitos brasileiros são radicalmente contra todo tipo de corrupção, com exceção da que lhes beneficie. Ocorre que o Brasil só vai mudar quando o rigoroso padrão moral que usamos da-porta-para-fora condenando “os políticos” e “os corruptos”, for usado da alma pra dentro e orientar o nosso próprio comportamento.

Pesquisa feita (pela KPMG) com 500 executivos de grandes empresas afirma que 62% deles acreditam que suas companhias praticariam atos de corrupção. Um terço deles foi além e disse que tem certeza sua empresa corrompeu alguém nos últimos 15 meses.

Outra pesquisa (UFMG/Vox Pulli) recente atestou que grande par-

te da população acha normais vários atos de corrupção:

Não dar nota fiscal; 2) Não declarar Imposto de Renda; 3) Tentar subornar o guarda para evitar multas; 4) Falsificar carteirinha de estudante; 5) Dar/aceitar troco errado; 6) Roubar TV a cabo; 7) Furar fila; 8) Comprar produtos falsificados; 9) No trabalho, bater ponto pelo colega; 10) Falsificar assinaturas;

Às vezes as coisas chegam ao absurdo de alguém condenar com raiva alguma atitude dessa praticada pelos outros e, quando perguntado se também o faz, admitir, meio sem graça e se desculpando: “mas é porque tenho pouco dinheiro”, “porque é caro” ou sair-se com um “mas é meu amigo/minha família” ou ainda o péssimo “todo-mundo-faz”. Ora, se todo mundo faz, o “político” também faz, pois é dessa cultura que ele vem.

Como se vê, o problema, como disse João Ubaldo Ribeiro, é que precisa-se de matéria prima para construir um país. Faltam-nos pessoas brasileiras dispostas a serem elas próprias, as mudanças que querem ver acontecendo no mundo como ensinou Gandhi.

Lembrando de John Kennedy, em todos estes protestos vi muito esforço focado na cobrança do que o país podia fazer pelo protestante e pouquíssimos insatisfeitos buscando fazer algo, ainda que pequeno pelo Brasil.

Protestar é fácil, difícil é o dia-a-dia de compromisso com o que é correto. Falta-nos pessoas com espírito de doação do que é seu bem mais precioso, seu tempo, para as suas comunidades e cidades. Ninguém quer se envolver, ninguém quer trabalhar pelo próximo e ninguém quer sacrificar nada.

Precisa-se de médicos que auxiliem em hospitais e fiscalizem aplicação de recursos na saúde; de artistas que atuem em peças educativas gratuitas; de pedreiros que trabalhem na construção de casas populares; de advogados que defendam os necessitados; de contadores que acompanhem contas públicas e de cidadãos que auxiliem em escolas... Precisa-se até de coisas básicas como gente que respeite a sinalização do trânsito, não fure a fila e nem estacione na vaga do deficiente/idoso. Precisa-se de idealismo, de sonhos e indignação, mas muito mais de atitudes concretas diárias e de um contrato pessoal com o fazer a coisa certa. Cada um, dentro do seu universo, é capaz de enxergar as necessidades e mudar. Uma hora por semana pode fazer toda a diferença, pequenos atos fazem diferença. VOCÊ É a diferença!

Enfim, podemos só protestar e nos revoltar... ou canalizar isto em AÇÕES positivas.

Nada se ganha em apenas fazer críticas às nossas próprias ações e omissões do passado, mas a reflexão atenta e honesta nos permite ver com lucidez o presente e, principalmente, faz enxergar o futuro possível. Esse amanhã melhor para nós e nossos filhos só vai existir se mudarmos nossas atitudes HOJE.

E então, caro leitor, vamos juntos mudar o Brasil? Eu quero e vou agir. Agora, só falta você!

● Dica de livro

Pelo juiz

Cleudson de Araújo Vale

Título: Budismo

Autora: Barbeiro, Heródoto

Editora: Bela letra Editora

Ano: 2014



Com a inteligência, a clareza e a serenidade peculiares ao autor, o livro é um convite a conhecer a filosofia budista, e a abrir a mente para as possibilidades de investigação dos temas abordados, tais como ego, apego, carma, renascimento, meditação, vazio, impermanência e nirvana. Segundo o autor, o budismo nunca foi criado para ser uma religião, mas sim um caminho a ser seguido para se evitar o sofrimento, descoberto pelo filósofo Sidarta Gautama há cerca de 2.500 anos, na Índia. Sua experimentação independe de qualquer credo, podendo seus fundamentos ser aplicados por qualquer pessoa que tenha ou não crença religiosa, porque o budismo não aborda a questão da existência ou inexistência de Deus. Trata-se de uma filosofia baseada na experiência pessoal dos seus seguidores, cujo primeiro princípio é o de que não se deve acreditar em qualquer palavra dita, mas sim testar os ensinamentos e tirar suas próprias conclusões; não se baseia, portanto, na fé, mas sim na experimentação, na experiência pessoal do seu seguidor, ao estudar e entender os fundamentos e aplicá-los no seu cotidiano. “O principal fundamento do budismo foi estabelecido por Sidarta ao identificar que a vida é um sofrimento e que os seres humanos sofrem em busca de interesses pessoais. Ele classificou como primeira verdade a onipresença do sofrimento. Identificou que a causa do sofrimento é o desejo, o apego. Afirmou que é possível acabar com ele eliminando a causa. E, finalmente, propôs um caminho de autodesenvolvimento fundamentado em oito propostas, ou caminhos” (p. 143). O autor alerta que o budismo não recomenda que a pessoa abandone sua vida e seus bens e se torne um monge, mas que, ao usar um terno Armani ou uma bolsa Prada, não se apegue a eles. Heródoto Barbeiro – jornalista, historiador e advogado, escreveu sobre o Budismo, em obra de mesmo nome publicada pela Bela Letra Editora.



**Felipe Luiz
Machado Barros**

Juiz de Direito da Vara Criminal
de Macaliba e Diretor de
Esportes da AMARN

A COBRANÇA POR METAS E A HIGIDEZ FÍSICA E MENTAL DOS JUÍZES

Dia desses conversava com colegas magistrados sobre a dificuldade, sentida já de há algum tempo em pararmos para refletir sobre determinados casos que nos chegam ao conhecimento através de ações judiciais, dado o elevado volume de processos para serem julgados e diante das cobranças cada vez maiores por produtividade e cumprimento de metas, o que, para mim, estaria beirando a uma espécie de “assédio moral”, com reflexos em nossa higidez física e mental.

Esse panorama aflitivo quiçá atinja, senão a todos, mas certamente a boa parcela dos juízes não apenas do Rio Grande do Norte, como também de todo o país, posto que o fenômeno do ajuizamento em massa de ações e a cobrança para que sejam julgadas com celeridade e em tempo razoável não é endêmico apenas em nosso Estado, mais se assemelhando a uma pandemia.

Questionávamo-nos, na roda de conversa informal que se formara, sobre os riscos que tal estado de coisas poderia estar nos causando sem que notássemos ou ao menos sem que fosse gerada uma séria preocupação, com perigo na mesma proporção para o jurisdicionado, ou seja, para o cidadão que está a esperar pela tutela jurisdicional não apenas rápida, mas igualmente equilibrada e fruto de efetivo trabalho de ponderação e sentimento de um juiz são.

Exemplificávamos uns para os outros, em uma não-intencional tertúlia com ares de grupo de auto-ajuda e comisseração (pensei em um nome: os “juízes anônimos” – J.A., ao estilo dos A.A. - alcóolicos anônimos), alguns problemas de saúde decorrentes das exigências cada vez mais agudas de cumprimento de metas de produção, que iam desde problemas físicos, passando por estados de in-

sônia e ansiedade elevada (no que um dos colegas nos receitou maracujina), síndrome do pânico, indo até a depressão (aí ninguém assumiu, acho que seriam necessárias mais algumas sessões...).

A grande verdade é que o Estado (não confundir com o ente federativo), através dos Tribunais e Conselho Nacional de Justiça, ou não vinham se preocupando com a higidez mental dos seus juízes, ou têm demorado bastante para executar medidas concretas para diminuir os estragos causados pela sobrecarga de trabalho, que é de cunho eminentemente intelectual, e, portanto, consideravelmente cansativo.

O resultado dessa engrenagem mal feita vai ser, não tenho dúvidas, se já não estiver a ocorrer, o adoecimento ou a fadiga física (lesões por esforço repetitivo, desgaste na visão, v.g.) e mental de muitos membros

da magistratura, que, “coisificados” como estão, e engolidos por um sistema que repete a conhecida linguagem administrativista do eficientismo puramente pragmático, podem findar se transformando apenas em mais números de alguma pesquisa ou estatística a ser perdida pelos escaninhos burocráticos dos gabinetes palacianos.

Dirão muitos que esse é um problema que não é exclusivo dos juizes, que outras profissões também enfrentam um elevado grau de estresse, etc. Sim, sabemos disso, mas tal argumento não ilide o problema, não ajuda a resolvê-lo, apenas o mascara, empurra-o para as sombras, sendo importante a fomentação do debate a respeito do tema e a construção de um diálogo mais aprofundado.

O cumprimento de metas é importante sim, reconhecemos, porém para tudo deveria haver limites. As pessoas têm características distintas, agem em velocidades diferentes, têm formas de pensar diversas, não são mercadorias prontas e acabadas que possam ser escolhidas, moldadas, facilmente adaptadas e, caso não

serviam, descartadas ao bel-prazer do administrador de plantão.

No caminho do raciocínio desenvolvido, quando terminava de escrever esse artigo, li no site do TJRN que foram aprovadas as metas para 2015. As velhas e conhecidas metas de produtividade estão lá sendo repetidas: 1 - Julgar mais processos que os distribuídos; 2 - Julgar processos antigos; 3 - Aumentar os casos solucionados por conciliação; 4 - Priorizar processos de corrupção e improbidade administrativa; 5 - Impulsionar processos de execução; 6 - Priorizar o julgamento de ações coletivas; 7 - Priorizar julgamentos de processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos.

A novidade, entretanto, coincidindo com a preocupação manifestada aqui, fica por conta do que o CNJ chamou de “diretriz estratégica” para todos os seguimentos de Tribunais: “Zelar pelas condições de saúde e qualidade de vida no trabalho de magistrados e servidores”.

Aguardemos para ver o que de real o CNJ e os Tribunais farão para implementar tal diretriz.



1



2



3

COMEMORAÇÃO DOS 60 ANOS DA AMARN

1. Presidentes da AMB, AMARN e TJRN
2. Noite de celebração dos 60 anos da AMARN
3. Juiz Paulo Giovani e a juíza Hadja Rayanne



1



2

ABERTURA DO VII CONGRESSO AMARN

1. Juíza Hadja Rayanne e os juízes João Ricardo, Gervásio Santos e Mádson Ottoni
2. Promotora Kaline Filgueira e o esposo juiz Cleo
3. Juiz Mádson Ottoni e a esposa Leila Rodrigues



3